

# Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos



**Renato Pinto Venâncio  
Welder Antônio Silva  
Adalson Nascimento  
(organizadores)**



**V Reunião Brasileira de Ensino e  
Pesquisa em Arquivologia**

**Ensino e pesquisa em arquivologia:  
cenários prospectivos**

Renato Pinto Venâncio  
Welder Antônio Silva  
Adalson Nascimento

(organizadores)

## **FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA**

Coordenadores

Biênio 2016-2017: Welder Antônio Silva (UFMG)

Biênio 2018-2019: Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)

## **V REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA**

Evento realizado na Escola de Ciência da Informação da UFMG em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 07 a 10 de novembro de 2017

### **COMISSÃO ORGANIZADORA – UFMG**

Coordenador: Welder Antônio Silva

Subcoordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy

Alessandro Ferreira Costa

Ivana Denise Parrela

José Francisco Guelfi Campos

Marta Eloísa Melgaço Neves

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Presidente: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Vice-presidente: Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Daniel Flores (UFSM)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)

José Maria Jardim (UNIRIO)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)

### **COMISSÃO AVALIADORA**

Diretor: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Andre Malverdes (UFES)

Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)

Cintia Aparecida Chagas Arreguy (UFMG)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)

Cynthia Roncaglio (UnB)

Daniel Flores (UFSM)

Eliane Braga de Oliveira (UnB)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)  
Ivana Denise Parrela (UFMG)  
João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)  
José Maria Jardim (UNIRIO)  
Julianne Teixeira e Silva (UFPB)  
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo (UnB)  
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)  
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)  
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)  
Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)  
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)  
Moisés Rockembach (UFRGS)  
Natália Bolfarini Tognoli (UNESP)  
Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)  
Roberto Lopes dos Santos Junior (UFPA)  
Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)  
Ursula Blattmann (UFSC)  
Welder Antônio Silva (UFMG)

#### **COMISSÃO DE APOIO – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG**

Amanda dos Santos da Paixão  
Cláudia Márcia  
Christiano B. Santos  
Edgar Gonzaga  
Élida Pieri  
Eliedir Marcelina  
Gilma Pereira  
Guilherme Diniz  
Gustavo Miranda Ferreira  
Nely Ferreira  
Luiz Henrique Loureiro  
Viviany Braga

#### **MONITORES – ALUNOS/AS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG**

Gilmar Rodrigues Barreto  
Gisele Maria Arcanjo  
Graziele Cristina Rodrigues Silva  
Neide Araujo Oliveira Braga  
Suellen Alves de Melo  
Suzana Cristina de Oliveira da Cruz  
Yara Levy martins de Souza Sane

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida  
Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

ESCOLA DE CIÊNCIA INFORMAÇÃO  
Diretora: Terezinha de Fátima Carvalho de Souza  
Vice-diretora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
Coordenadora: Maria Guiomar da Cunha Frota  
Subcoordenador: Fabrício José Nascimento da Silveira

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA  
Coordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy  
Subcoordenadora: Mariana Batista do Nascimento

CAPA, DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO DO E-BOOK  
Edinaldo Medina Batista

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65609-09-8



R444	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (5. : 2017: Belo Horizonte, MG)  Ensino e pesquisa em arquivologia [recurso eletrônico] : cenários prospectivos / Renato Pinto Venâncio; Welder Antônio Silva; Adalson Nascimento (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. 728 p. : il. E-book.  Inclui referências. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-85-65609-09-8  1. Arquivologia – Congressos. 2. Arquivologia – Ensino. 3. Arquivologia – Pesquisa. I. Venâncio, Renato Pinto. II. Silva, Welder Antônio. III. Nascimento, Adalson.  CDU: 651.5(063)
------	--

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

#### DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor © 2018 para artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. A republicação deste material requer a permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

Escola de Ciência da Informação da UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha  
Belo Horizonte – MG – 31.270-010  
www.eci.ufmg.br

## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO..... p.10**

**MOÇÕES..... p.12**

### PLENÁRIAS

**1. A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NA UNIRIO.....p.16**  
*Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada*

**2. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL.....p.29**  
*Welder Antônio Silva, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Leandro Ribeiro Negreiros*

**3. PROSPECÇÃO DOS ARQUIVOS: FUTURO DA ARQUIVOLOGIA.....p.44**  
*Daniel Flores, Graziella Cé*

### COMUNICAÇÕES

#### I - EXPERIÊNCIAS CURRICULARES

**4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS À FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS.....p.63**  
*Evelin Melo Mintegui, Roberta Pinto Medeiros, Thiago Henrique Bragato Barros*

**5. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....p.80**  
*Tânia Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari, Margarete Farias de Moraes*

**6. DO ENSINO À PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....p.100**  
*Fernanda da Costa Monteiro, Fernanda de Souza Antunes*

**7. A DESCRIÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.114**

*Natália Bolfarini Tognoli, Laura Maria Rego Piva, Rafael Cacciolari Dalessandro*

## **II - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO**

**8. ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS.....p.133**

*Fábio Barros Silva, Antônio Rodrigues Andrade*

**9. METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO APLICADA A CONSTRUÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS.....p.152**

*Silvia Lhamas de Mello, Ana Célia Rodrigues*

**10. MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO PRODUTOR: PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO PRODUTOR VISANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.....p.171**

*Mariana Batista do Nascimento*

**11. GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....p.188**

*Eduardo Luiz dos Santos, Ana Celeste Indolfo*

**12. A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: O CASO DO NOVO DEGASE.....p.208**

*Jean Maciel Xavier, Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada*

**13. A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVOS EXISTENTES EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....p.229**

*Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, Hernane Borges de Barros Pereira, Francisco José Aragão Pedroza Cunha*

**14. A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ...p.244**  
*Jacilene Alves Brejo, Junia G.C. Guimarães e Silva*

**15. OPACIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: A VIGILÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS.....p.258**  
*Thayron Rodrigues Rangel, Rodolpho Guimarães Pereira, Brenda Couto de Brito Rocco*

### **III - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS**

**16. POR UM MODELO SOCIETAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS.....p.276**  
*Gleice Carlos Nogueira Rodrigues, Paulo Roberto Elian dos Santos*

**17. PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.....p.293**  
*Igor José Garcez, José Maria Jardim*

**18. OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO.....p.314**  
*Ana Celia Rodrigues*

**19. O CONCEITO DE ARQUIVO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO EM ESTUDOS DE LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.326**  
*Margareth da Silva*

### **IV - PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E AÇÃO EDUCATIVA**

**20. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO PATRIMÔNIO EM CENTROS DE MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL BRASILEIRO.....p.346**  
*Rodrigo Costa Japiassu, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Lídia Silva de Freitas*



**21. IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DA CASA DE OSWALDO CRUZ.....p.363**  
*Cleber Belmiro dos Santos, Eliezer Pires da Silva*

**22. ENTRE AS OBRAS E OS DOCUMENTOS: INTERSEÇÕES ENTRE OS SABERES ARQUIVÍSTICO E MUSEOLÓGICO NO TRATAMENTO DO ACERVO DO ARTISTA PLÁSTICO RUBENS GERCHMAN.....p.382**  
*Thayane Vicente Vam de Berg*

**23. UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CAFÉ COM ARQUIVO: O DOCUMENTO EM DEBATE.....p.397**  
*Fernanda da Costa Monteiro, Daniele Chaves Amado*

## **V - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA**

**24. HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.....p.410**  
*Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado*

**25. ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1938-1945.....p.430**  
*Vitor Manoel Marques da Fonseca, Darlene Alves Bezerra*

## **VI - PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

**26. UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS ARQUIVISTAS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: UM PANORAMA ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2015.....p.451**  
*Raquel Fernandes Tavares, Priscila Ribeiro Gomes*

**27. PERFIL E AUTO-IMAGEM PROFISSIONAL DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO.....p.471**  
*Wagner Ramos Ridolphi, Luiz Cleber Gak*

**28. A PESQUISA EM ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS PELO CNPq.....p.489**

*Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio, Natália Bolfarini Tognoli, Thiago Henrique Bragato Barros*

## **VII - INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS**

**29. REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE.....p.507**

*Brenda Couto de Brito Rocco, Bianca Couto de Brito*

**30. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE GUARDA EXTERNA DE DOCUMENTOS PROSPECTADOS NA PETROBRAS.....p.523**

*José Antonio Pereira Do Nascimento, Ana Celeste Indolfo*

**31. GOVERNANÇA DE SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES EM ORGANIZAÇÕES DE CARÁTER PRIVADO.....p.542**

*Alexandre de Souza Costa*

**32. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DE INTEGRAR A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO COMANDO DA AERONÁUTICA.....p.556**

*Karina Veras Praxedes*

## **VIII - TIPOLOGIA DOCUMENTAL**

**33. DOCUMENTAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO.....p.576**

*Isabella Christina Gondim, Eliana Maria dos Santos Bahia*

**34. CARTA DE AMOR COMO PONTO DE ACESSO: RESULTADOS DE PESQUISA.....p.596**

*Camila Mattos da Costa, Lucia Maria Velloso de Oliveira*

**35. A TIPOLOGIA DOCUMENTAL DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR NOS ANOS 1970.....p.614**

*Rosale de Mattos Souza*

**36. APONTAMENTOS ACERCA DO DOCUMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA NO CAMPO TEÓRICO DOS ARQUIVOS.....p.633**

*Marilda Martins Coelho, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt*

## **IX - ARQUIVOS, UNIVERSIDADES E MUSEUS**

**37. DOCUMENTOS DE ARQUIVO PRODUZIDOS PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS DE LABORATÓRIO.....p.652**

*Paulo Roberto Elian dos Santos, Renata Silva Borges, Francisco dos Santos Lourenço*

**38. ARQUIVOS EM MUSEUS E ARQUIVOS DE MUSEUS: DOIS CONCEITOS PARA OS ARQUIVOS NOS MUSEUS.....p.671**

*Fabiana Costa Dias, João Marcus Figueiredo Assis*

**39. ARQUIVOS DE MUSEUS: UM PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA O MUSEU DO ÍNDIO.....p.690**

*Thais Tavares Martins, Ana Celeste Indolfo*

**40. ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO.....p.709**

*Zenóbio Santos Júnior, Luiz Cláudio Gomes Maia, Ana Maria Pereira Cardoso*

## 7

**A DESCRIÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL:  
ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO  
ARQUIVÍSTICA***Natália Bolfarini Tognoli**Laura Maria Rego Piva**Rafael Cacciolari Dalessandro***1 INTRODUÇÃO**

A descrição tem sua função explicitada na própria etimologia da palavra descrever (derivada da preposição *de* e do verbo *scribere*) que significa "escrever sobre". Portanto, o termo "descrição arquivística" quer dizer, literalmente, escrever sobre o material arquivístico, abarcando as ideias de **identificação, representação e organização**.

Essas três ideias resumem a função descritiva no âmbito dos arquivos: identificar o documento e seu contexto – podendo contar com a análise diplomática para extrair os elementos principais do documento de arquivo e necessários à sua descrição, como a atividade e a proveniência, por exemplo - ; representar os elementos extraídos na etapa da identificação do documento e de seu contexto de produção, a partir da escolha de termos e conceitos para a construção de instrumentos de pesquisa, esses últimos responsáveis por explicar os documentos quanto à sua localização, gestão e também identificação, além de fornecer ao pesquisador o contexto em que os documentos foram gerados e, por fim, organizar e dispor as informações previamente identificadas e representadas.

Observa-se que a descrição é uma função específica da Arquivologia que requer procedimentos igualmente específicos para identificar, representar e organizar o conteúdo e o contexto dos documentos de arquivo. Dessa forma, as áreas e os elementos apresentados tanto pelas normas de descrição quanto pelos instrumentos devem ser capazes de dar conta deste trabalho.

No mesmo sentido, o ensino em Arquivologia também não pode prescindir das considerações acerca da importância de se descrever o documento de arquivo e seu contexto. Para tanto, é necessário que os cursos abordem a função da

descrição enquanto nuclear no contexto da organização do conhecimento arquivístico.

Buscando compreender como se dá o ensino de Arquivologia no Brasil no tocante à temática da descrição arquivística, o presente estudo analisa como as disciplinas são nomeadas nas grades curriculares dos cursos de graduação do país, bem como seus conteúdos programáticos, ementas e sua terminologia. Para tanto, partimos, em primeiro momento, de uma breve reflexão teórica sobre os fundamentos teórico-conceituais da descrição arquivística e de sua terminologia para, posteriormente, analisarmos o conteúdo ministrado nos cursos de graduação em Arquivologia nas grades curriculares das disciplinas de descrição com base na metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2009).

A partir dos aspectos metodológicos apresentados, caracterizamos o presente trabalho como exploratório – uma vez que visa proporcionar maior familiaridade com o tema – de caráter documental valendo-se de uma abordagem qualitativa.

Destacamos que, ao final, esse estudo apresenta algumas sugestões e possibilidades, não pretendendo, de maneira alguma, impor qualquer conteúdo obrigatório aos planos de ensino, muito menos criticar negativamente qualquer curso.

## **2 DESCRIÇÃO: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA**

A organização do que Tognoli et al. (2013) cunharam como “conhecimento arquivístico” – compreendido enquanto todo o conhecimento contido nos documentos produzidos ou acumulados por uma pessoa física ou organização e reunidos sob a perspectiva do princípio de respeito aos fundos - compreende duas funções arquivísticas nucleares: classificação e descrição.

As funções arquivísticas são as atividades específicas e necessárias a uma efetiva gestão documental que abarca desde a produção dos documentos até sua eliminação ou recolhimento ao arquivo permanente. Algumas correntes, como a Quebequense, por exemplo, consideram, ainda, as funções que, findo o recolhimento ou eliminação dos documentos, são responsáveis pela difusão e preservação dos documentos. Couture (2000) classifica as funções arquivísticas em oito: análise das necessidades (*l'analyse des besoins*), produção (*la création*),

avaliação (*l'évaluation*), aquisição (*l'accroissement*), classificação (*la classification*), descrição e indexação (*la description et l'indexation*), difusão (*la diffusion*) e preservação (*la preservation*).

As atividades nucleares são consideradas específicas da Arquivística, com métodos e princípios igualmente específicos para a organização no âmbito dos arquivos. Para a efetiva realização dessas tarefas, o princípio de respeito aos fundos é evocado, devendo-se respeitar o órgão produtor, ou seja, sua constituição estrutural e funcional, bem como a ordem original de produção e acumulação dos documentos que, devido à sua natureza, estão organicamente ligados.

Nesse sentido, nós entendemos que os documentos reunidos em fundos refletem o conhecimento produzido sobre uma pessoa física ou jurídica, com três atores principais atuando neste contexto: (1) o produtor (autor), que é a pessoa física ou jurídica responsável pela produção do documento; (2) o usuário, que irá fazer uso do documento para fins de prova ou administrativo ou ainda, para fins históricos e (3) os intermediários, que são os arquivistas ou outros profissionais responsáveis pela organização dos documentos (TOGNOLI, et al. 2013, p.205).

Aos arquivistas cabem, portanto, a tarefa de organizar a documentação, garantindo que tanto o conteúdo dos documentos quanto seu contexto de produção possam ser devidamente acessados e compreensíveis aos seus usuários. Para tanto, a classificação do conjunto documental deve pressupor sua descrição, uma vez que a primeira é, de acordo com Sousa (2003, p.241), "a espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico e o que delimita e distingue o objeto (informação) da Arquivística das outras áreas da Ciência da Informação". Ainda segundo o autor, a classificação é responsável por dar sentido e preservar o caráter orgânico do conjunto documental.

A representação da classificação dos documentos de arquivo se dá, primeiramente no plano de classificação que constitui o resultado final da atividade classificatória. No entanto, a representação máxima do conjunto documental constituir-se-á no momento da descrição, onde será possível iluminar para o usuário o contexto e o conteúdo daquele conjunto. Para Yakel (2003) a representação arquivística refere-se, aos processos de arranjo e descrição, mediante a criação de ferramentas de acesso (instrumentos de pesquisa) ou sistemas (catálogos, bancos de dados, entre outros) resultantes dessas atividades. No mesmo sentido, Tognoli

(2012, p.82) destaca, que “[...] a representação vai além do documento, perpassando suas funções e seus órgãos produtores”.

Portanto, podemos compreender as funções de classificação e descrição enquanto nucleares no sentido em que são responsáveis por reconstruir o contexto de produção dos documentos de arquivo e de contar sua história a partir de seus instrumentos resultantes (planos de classificação e instrumentos de pesquisa).

Para Rodrigues (2003, p.217), a descrição é como uma “[...] função-chave no que diz respeito à representação das informações arquivísticas e na possibilidade de dar acesso a elas”. Da mesma forma, Tognoli (2012, p.81) relata que a descrição arquivística tem a função de “[...] informar acerca do contexto e do conteúdo dos documentos e de seus elementos formais, com o objetivo maior de fornecer acesso às informações contidas nos fundos, grupos, séries ou peça documental”.

Heredia Herrera em *Lenguaje Y Vocabulário Archvísticos*, apresenta a descrição enquanto

[...] função arquivística que faz parte da gestão documental e que consiste na elaboração de representações de documentos de arquivo, de grupos documentais e de outras entidades arquivísticas (agentes, funções, normas, temas, lugar) a partir de suas características para facilitar o acesso dos usuários à informação contextualizada de seus conteúdos (HEREDIA HERRERA 2011, p.18).

Um dos marcos da institucionalização da Arquivística enquanto disciplina, o Manual de Arranjo e descrição de arquivos, do trio holandês, Muller, Feith e Fruin, publicado no final do século XIX, já elencava regras ou orientações sobre a descrição dos documentos, o que demonstra uma preocupação não tão recente em descrever para recuperar.

Na verdade, se analisarmos as origens do processo descritivo, remontamos até a antiguidade, mais precisamente, a 1500 anos a.C, quando repertórios de documentos eram compilados nos depósitos públicos para garantir a preservação dos documentos, evitando, assim, sua manipulação. Ainda, segundo Duranti (1993) em caso de deslocamento repentino por conta de fogo ou guerra, o conteúdo dos documentos estaria protegido. Com o passar dos séculos, os instrumentos de pesquisa, resultados imediatos do processo descritivo, passaram a ter outros objetivos tanto jurídico, quanto administrativo, como fornecer prova da existência dos

documentos e manter o controle sobre os fundos, facilitando a recuperação pelo produtor.

Como uma consequência do arranjo temático imposto no Arquivo Nacional Francês, no século XVIII, instrumentos de pesquisa para recuperar e revelar a ordem intelectual dos documentos fisicamente desordenados ou sem sentido foram criados, atribuindo à descrição uma nova função no âmbito dos arquivos (organizar intelectualmente nos instrumentos, aquela documentação que não poderia ser organizada fisicamente).

Segundo Duranti (1993), na década de 1930, na Europa, com o aumento dos usuários nos Arquivos públicos, a descrição começou a ser vista como um meio para tornar o usuário independente do conhecimento especializado do arquivista, com o objetivo de auxiliar o profissional na condução de pesquisas, guiando qualquer tipo de usuário independente de sua busca, iluminando as relações contextuais entre os documentos.

Neste contexto, a necessária independência do usuário frente às buscas nos arquivos, elevou o nível de discussão no âmbito da teoria e prática da descrição arquivística, desenvolvendo a ideia de uma associação conceitual da descrição arquivística com padrões dando origem às Normas Internacionais de Descrição, no final da década de 1980.

Anteriormente utilizava-se o termo descrição documental, quando a descrição se direcionava apenas aos documentos existentes dentro de um arquivo (HEREDIA HERRERA, 2011) mas com a ampliação do seu objetivo, que hoje não se restringe somente à elaboração de instrumentos de descrição, utiliza-se o termo descrição arquivística, considerado mais amplo e adequado, por englobar a descrição contextual contemporânea.

## **2.1 Ensino de graduação em Arquivologia no Brasil: elementos contextuais**

A Revolução Francesa, em 1789, e a criação dos Arquivos Nacionais da França são considerados um marco para a história dos Arquivos em seu sentido moderno. É após a Revolução que o Estado reconhece a sua responsabilidade para com o patrimônio documental histórico e também com os novos documentos produzidos. Essa nova concepção de arquivo se tornou um modelo para Europa e Arquivos da América (CORTES, 1996).



No Brasil, a criação de um Arquivo Público surgiu na Constituinte de 1823, sendo inserida no art. 70 da Constituição de 1824, porém, somente em 1838, o mesmo foi fundado pelo regulamento n. 2, de 2 de janeiro, sob a denominação de Arquivo Público do Império. (ESTEVÃO; FONSECA, 2010).

Em 1848, teve origem na França, sob a influência de Natalis de Wally, o princípio norteador dos fazeres arquivísticos, que apresentava diretrizes para a organização dos documentos de arquivo em respeito à sua origem, e não à sua temática como até aquele momento se realizava.

Estevão e Fonseca (2010, p.87) relatam que não se pode afirmar que o princípio da proveniência (ou o princípio de respeito aos fundos) tenha sido implantado de imediato no Brasil, tendo em vista que a “análise da prática de arranjo e descrição na instituição demonstra que sua aplicação sistemática e coletiva só ocorreria muito mais tarde, basicamente a partir da década de 1960”, porém, os autores relatam que há indícios de que fosse minimamente conhecido.

Em 1959 e 1960, Henri Boullier de Branche veio ao Brasil ministrar dois cursos e um treinamento intensivo de Aperfeiçoamento de Arquivo para funcionários do Arquivo Nacional. Os cursos ministrados por de Branche tiveram um papel importante para a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), reconhecido como o primeiro curso regular com a missão de formação de pessoal especializado para atuar no tratamento e organização de acervos arquivísticos (MARQUES; RODRIGUES, 2008).

Com o intuito de modernizar o Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues, durante sua direção ao CPA, trouxe ao Brasil o arquivista norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg, vinculado à *American University* (Washington D.C), para a realização de um estudo sobre a situação arquivística brasileira. Schellenberg cedeu direitos autorais de algumas de suas importantes obras para tradução que foram utilizadas no CPA, marcando, assim, a influência norte-americana no ensino da Arquivologia no Brasil (TANUS, 2013).

A criação do curso de Arquivologia em nível superior foi aprovada somente em 24 de janeiro de 1972, por meio do voto da Câmara de Ensino Superior e, em 1974, aprovou-se a Resolução nº 28 do Conselho Federal de Educação que fixa as matérias do currículo mínimo do Curso de Graduação em Arquivologia (FONSECA, 1999).

Segundo Araujo et al. (1994), as disciplinas exigidas pelo Conselho Federal de Educação eram: Introdução ao Estudo do Direito, Introdução ao Estudo da História, Noções de Contabilidade, Noções de Estatística, Arquivo I – IV, Documentação, Introdução à Administração, História Administrativa, Econômica e Social do Brasil, Paleografia e Diplomática, Introdução à Comunicação, Notariado e uma língua estrangeira moderna.

Em 1977, o Curso Permanente de Arquivo recebe a denominação de Curso de Arquivologia, sendo transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), hoje atual UNIRIO, reconhecido por alguns profissionais, como o primeiro curso da área (MARQUES; RODRIGUES, 2008, p.09).

Atualmente, segundo o Sistema de Regulação do Ensino Superior – e-MEC, o Brasil conta com 17 cursos de Arquivologia, ofertados em 16 instituições (a UFBA possui dois cursos, diurno e noturno, caracterizado pelo e-MEC como independentes), espalhados por todas as regiões do País.

Esses cursos foram criados, com o objetivo de oferecer uma formação profissional, que proporcione o conhecimento necessário para os futuros arquivistas, com as devidas condições para trabalhar no tratamento de documentos arquivísticos. Nesse propósito, os cursos apresentam em suas grades curriculares, disciplinas que tem como foco apresentar as técnicas e teorias correspondentes às atividades de organização de documentos de arquivo, perpassando pelos contextos históricos e atuais da profissão, orientando também sobre a conduta ética desses profissionais. Vale constar que essas grades apresentam disciplinas variadas, que seguem os critérios apresentados pelos colegiados e conselhos de curso de cada Instituição.

## **2.2 Considerações acerca da terminologia arquivística**

O *status* epistemológico de uma disciplina pode ser medido, dentre outros fatores, pela qualidade e clareza de sua terminologia. Nesse sentido, quanto organizadas e harmonizadas as noções de domínios específicos do conhecimento, mais sólidos serão esses domínios.

De acordo com Cintra et al. (1996), o *termo*, como é conhecida uma unidade terminológica, constitui uma unidade referencial quando associada à denominação e

noção, sendo que na terminologia, uma palavra designa um determinado objeto porque opera com propriedades e características, remetendo a determinados universos de valores consubstanciados nos discursos de especialidade.

A terminologia oferece compreensão na comunicação entre os profissionais, facilitando o entendimento entre eles, aumentando a qualidade técnica de trabalho, estabelecendo uniformidade e equilíbrio no enunciado de um conceito. (BELLOTTO, 2007).

No tocante à Arquivística, os termos especializados, são definidos por meio de glossários e dicionários terminológicos.

O primeiro dicionário de termos arquivísticos, *Elsevier's lexicon of archive terminology*, foi lançado em 1964, pelo Conselho Internacional de Arquivos, devido à urgente necessidade de se definir um grupo flexível de palavras em comum com significados específicos entre os profissionais arquivistas. A obra apresentava 175 termos equivalentes em inglês, alemão, espanhol, italiano e holandês, que compreendiam tipos de documentos, catálogos e inventários, aspectos físicos estruturais dos arquivos, métodos de preparação, processamento, utilização e preservação (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

No Brasil, com a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1972, formou-se um grupo de especialistas dedicados a estudar a terminologia arquivística que, durante o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, divulgou o primeiro estudo sistematizado de terminologia arquivística, com 172 termos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Em 1977, foi criado o Comitê de Terminologia Arquivística que, em 1982 iniciou um projeto de normalização da terminologia arquivística no Brasil, lançado em 1983, e que apresentou 60 termos em português com suas definições transformando-se, depois, na norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): a NBR 9578: Arquivo – Terminologia.

Entre 1988-1990, a Associação dos Arquivistas de São Paulo – ARQ-SP publicou o “Dicionário de terminologia arquivística”, que hoje encontra-se em sua terceira edição, obra compilada pelo Grupo de Trabalho de Terminologia Arquivística que conta com Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto dentre seus membros.

Somente em 2005, o Arquivo Nacional publica o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, com 462 termos.

A arquivologia Brasileira relata Bellotto (2002, p.13), “incorpora termos vindos principalmente da língua inglesa e francesa, que recebem distintas traduções para o mesmo vocábulo, diferenciações que a prática vai consolidando e fazendo alastrar”.

Desde 2010, a terminologia arquivística conta com a base virtual *Multilingual Archival Terminology*, proposta pelo Conselho Internacional de Arquivos enquanto uma ferramenta resultante do trabalho de profissionais de todo o mundo que contém definições de termos arquivísticos bem como sua terminologia correspondente em outros idiomas. Apesar de ser uma iniciativa importante, a base tem suas falhas, uma vez que não leva em conta as conotações contextuais de alguns termos em diferentes idiomas. É o caso observado por Tognoli et al (2016) ao analisar o termo *princípio* na base do CIA buscando compreender as diferentes concepções do princípio da proveniência. Os resultados demonstraram que há uma confusão terminológica na área e que as definições apresentadas em cada idioma, não eram totalmente representativas do contexto arquivístico terminológico do país.

Essas questões trazem algumas dificuldades de natureza contextual, assim como a necessidade de assegurar uma efetiva garantia cultural para termos relativos aos contextos e linguagens envolvidas (Beghtol, 2002).

Especificamente no tocante às traduções, nos deparamos com dificuldades ligadas à imprecisão de definições e usos nacionais, divergências no vocabulário de países que dividem a mesma língua e o fato da Arquivística ter uma relação intrínseca com os sistemas legal e administrativo do país, um aspecto refletido em seu vocabulário, no qual o conjunto de conceitos torna-se dificilmente transportável de um país para outro (TOGNOLI et al, 2016, p.118).

Ainda no contexto internacional, outros instrumentos terminológicos importantes são o “*Glossary for Archivists, Manuscript Curators and RecordsManagers*”, de 1992, e “*A Glossary of Archival and Records Terminology*”, de 2005, ambos publicado pela Society of American Archivists – SAA.

### 3 METODOLOGIA

A fim de analisarmos como as disciplinas ligadas à descrição documental são nomeadas nas grades curriculares dos cursos de graduação do país, bem como seus conteúdos programáticos, ementas e sua terminologia, realizamos, primeiramente, uma busca no site do e-MEC a fim de verificar quais as instituições

oferecem o curso de Arquivologia no Brasil. Nessa busca identificamos 17 cursos de Arquivologia oferecidos em Instituições de Educação Superior (IES), com grau de bacharelado e modalidade presencial espalhados por todas as regiões do País.

QUADRO 1 – Instituições de Ensino Superior, Cidades e Regiões

Instituição de Educação Superior (IES)	Cidade/Estado	REGIÃO
UFSM - Univ. Federal de Santa Maria	Santa Maria/RS	Sul
UNIRIO - Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
UFF - Univ. Federal Fluminense	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
UNB - Univ. de Brasília	Brasília/DF	Centro Oeste
UEL - Univ. Estadual de Londrina UEL	Londrina/PR	Sul
UFBA - Univ. Federal da Bahia <sup>1</sup>	Salvador/BA	Nordeste
UFES - Univ. Federal do Espírito Santo	Vitória/ES	Sudeste
UFRGS - Univ. Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre /RS	Sul
UNESP - Univ. Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho	Marília/SP	Sudeste
UEPB - Univ. Estadual da Paraíba	Campina Grande/PB	Nordeste
FURG - Univ. Federal do Rio Grande	Rio Grande/RS	Sul
UFPB - Univ. Federal da Paraíba	João Pessoa/PB	Nordeste
UFAM - Univ. Federal do Amazonas	Manaus /AM	Norte
UFMG - Univ. Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte/MG	Sudeste
UFSC - Univ. Federal de Santa Catarina	Florianópolis /SC	Sul
UFPA - Universidade Federal do Pará	Belém/PA	Norte

Fonte: E-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior.

Com base nesses dados, percebemos que os cursos de Arquivologia no Brasil são oferecidos por dezesseis instituições, contemplando todas as regiões do país, contando com treze cursos em âmbito federal e três em âmbito estadual, sendo que a região Sudeste é a que mais possui cursos na área, com cinco instituições. Após esse levantamento, seguimos para as análises nos sites das mesmas com o intuito de identificar as disciplinas que tem como foco a Descrição Arquivística. Os resultados são analisados e discutidos a seguir.

<sup>1</sup> Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o curso é oferecido em dois períodos diurno e noturno, o que o e-MEC considera como dois cursos.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com relação à nomenclatura das disciplinas relativas a temática da descrição, obtivemos o seguinte quadro:

QUADRO 2: Nomenclatura das disciplinas nas Instituições de Ensino Superior

Instituição de Educação Superior (IES)	Nome da disciplina
UFSM - Univ. Federal de Santa Maria UNIRIO - Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro UFES - Univ. Federal do Espírito Santo UFAM - Univ. Federal do Amazonas	Arranjo e descrição de documentos
UFF - Univ. Federal Fluminense UNB - Univ. de Brasília UFMG - Univ. Federal de Minas Gerais UEPB - Univ. Estadual da Paraíba	Arquivos permanentes
UEL - Univ. Estadual de Londrina UEL	Descrição de documentos
UFBA - Univ. Federal da Bahia UFRGS - Univ. Federal do Rio Grande do Sul FURG - Fundação Univ. de Rio Grande UFSC - Univ. Federal de Santa Catarina	Descrição Arquivística
UNESP - Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Descrição documentaria
UEPB - Univ. Estadual da Paraíba	Representação da Informação
UFPB - Univ. Federal da Paraíba.	Representação Descritiva da Informação Arquivística
UFPA - Universidade Federal do Pará	Representação Arquivística

Fonte: Elaborado pelos autores.

Podemos observar no quadro 2 que há uma variação quanto a nomenclatura das disciplinas que tratam sobre a temática. Dentre as dezesseis instituições, quatro cursos utilizam o nome *Descrição Arquivística*, UFBA, UFRGS, FURG e UFSC.

O nome *Arranjo e Descrição de Documentos* é utilizado por quatro instituições a saber: UFSM, onde a disciplina é dividida em módulo I (que trata sobre o processo da descrição documental) e módulo II (trabalha com a elaboração de instrumentos de busca); UFES, UFAM e, UNIRIO, que além de abordar sobre a descrição na disciplina Arranjo e Descrição de documentos, também apresenta um estudo do processo de descrição de acervos e elaboração de instrumentos de pesquisas na disciplina *Organização Prática de Arquivos*.

O nome *Arquivos permanentes* é utilizado também por quatro instituições: UEPB, UFF, UFMG e UNB. As duas últimas dividem a disciplina em Arquivos Permanentes I e II, sendo que o primeiro módulo trata da relação entre classificação e descrição e o segundo aborda mais especificamente sobre a descrição arquivística.

Ainda, a UEPB utiliza *Representação da Informação* para nomear outra disciplina que também aborda a descrição arquivística. A UNESP usa *Descrição Documentária*, a UEL, *descrição documental* e a UFPB, *Representação descritiva da Informação Arquivística I e II*.

A UFPA utiliza o nome *Representação Arquivística* em dois módulos, sendo que o primeiro explora conceitualmente a função da descrição, enquanto que o segundo engloba a prática e a aplicação das normas em contexto diversos.

Uma breve análise da nomenclatura referente às disciplinas que abordam a temática da descrição, neste primeiro momento, nos permite perceber, destarte, como a área tende a se configurar teoricamente dependendo da instituição onde o curso é ministrado. Por exemplo, o nome *Arranjo e descrição* significa atribuir à função da descrição um papel secundário na organização, vindo este após o arranjo que, neste caso, configura-se apenas nos arquivos permanentes. Nesse sentido, entende-se a descrição apenas no arquivo histórico, não considerando, portanto, seu papel ainda nos arquivos correntes, juntamente com a classificação.

Da mesma maneira, o nome *Arquivos permanentes* para designar a disciplina, nos faz pensar que a descrição somente será feita nesse segundo momento.

Os nomes *representação da informação* e *descrição documentária*, nos permite deduzir que são disciplinas ministradas em Universidades onde há uma forte ligação com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação e com os processos advindos da primeira, como a análise documentária (no caso da Unesp), por exemplo.

O nome *representação arquivística*, escolhido pela UFPA, demonstra uma preocupação do curso em inserir a Arquivologia na abordagem conhecida como funcional, ou pós-moderna, uma vez que o termo é designado pelos autores dessa abordagem para englobar os processos de classificação e descrição do documento e de seu contexto.

Da mesma maneira, podemos considerar o termo *representação descritiva da informação arquivística* uma tentativa de aproximar a Arquivística à Ciência da

informação, e às abordagens mais contemporâneas, como a pós-custodial, por exemplo.

Se consideramos o plano de ensino de uma disciplina e seu nome enquanto representações do conteúdo que será ministrado, podemos e devemos destacar a importância na escolha do nome para que não haja confusão entre conceitos ou mesmo entre correntes arquivísticas.

Após o levantamento da nomenclatura das disciplinas, partimos para a análise dos planos de ensino com foco nas ementas e conteúdos programáticos. Para tanto, realizamos uma análise de conteúdo nos moldes da preconizada por Bardin (2009), onde determinamos as seguintes categorias: *Aspectos teórico-conceituais* - *Aspectos metodológicos* – *Instrumentos* – *Produtos* – *Normas* – *Processos* – *Interfaces*. A partir daí, analisamos os termos com maior incidência em cada categoria e chegamos ao seguinte quadro:

QUADRO 3: Categorias de análise e termos identificados

<p><b>ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS:</b>  <b>Conceito</b> – 3 (UEL, UFSM, UNB)  <b>Princípios</b> – 3 (UFSM, UFAM, UFSC)            Aspectos teóricos – 2 (UFSC, FURG)            Elementos – 2 (UFSC, UNIRIO)            Teorias de representação – 1 (UEPB)            Pressupostos teórico-metodológico– 1 (UFES)</p>
<p><b>ASPECTOS METODOLÓGICOS:</b>            Aspectos metodológicos – 1 (UFSC)            Métodos – 1 (UEPB)            Pressupostos metodológicos – 1 (UFES)</p>
<p><b>INSTRUMENTOS:</b>  <b>Linguagens</b> – 3(UFSC, UEPB, UFBA)            Instrumentos de descrição – 2 (UFES, UFSM)            Instrumentos de controle – 1(UNB)</p>
<p><b>PRODUTOS:</b>  <i>Instrumentos de pesquisa</i> – 15 (UFBA, UNESP, FURG, UFF, UFSC, UNB, UNIRIO, UFRGS, UEL, UEPB, UFAM, UFES, UFF, UFMG, UFPA)            Resumos e índices – 2(UFSC, UFBA).            Sistemas de representação da informação – 1 (UEPB)</p>
<p><b>NORMAS:</b>  <b>Normas</b> – 14 (UFPB, UFPA, UFRGS, FURG UFSC, UFF, UFSM, UEL, UFAM, UNB, UFBA, UFES, UFMG, UEPB);  <b>Padronização</b> – 5 (UFSC, UNIRIO, UEL, UFAM, UNESP)            Diretrizes – 1(UNB)            Regras de descrição – 1(UFAM)</p>



**PROCESSOS:****Descrição documental/documentária – 6** (UFPB, UNESP, UEPB, UFAM, UFF, UEL)**Descrição arquivística – 6** (UFRGS, FURG, UFBA, UFSC, UFAM, UFMG)**Normalização – 6** (UFPB, UFRGS, FURG, UFAM, UFES, UFMG)

Indexação – 3 (UFSC, UEPB, UFBA)

Classificação e Descrição – 3 (UFPA)

Representação descritiva – 2 (UEL, UNESP)

Representação da Informação – 1 (UEPB)

Representação da Informação Arquivística – 1 (UFBA)

Programa de descrição – 2 (UNIRIO, UFF)

Classificação e Descrição – 3 (UFPA)

Catalogação – 1 (UEPB).

Classificação – 1 (UEPB)

Arranjo de documentos – 1 (UFAM).

Análise documentária – 1 (UFBA).

Organização de arquivos – 1 (UFES);

Representação arquivística – 1 (UFPA)

**INTERFACES:**

Novas tecnologias de informação na atividade de descrição – 1 (UNB)

ATOM – 1 (UFMG)

Aplicação de normas de descrição em meio digital – 1 (UFPA)

Instrumentos e suportes tecnológicos para a difusão descritiva – 1 (UFRGS)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nos dados coletados, observamos que, dentre todos os termos identificados, em todas as categorias determinadas, o de maior ocorrência foi *Instrumento de Pesquisa* (15 no total), na categoria produtos, o que demonstra uma preocupação unânime dos cursos em ensinar a descrição visando a construção de produtos que possibilitam a efetiva recuperação da informação no âmbito dos arquivos. Tal perspectiva vai ao encontro da normalização dos instrumentos de acordo com os padrões internacionais, o que também pode ser observado através do número de incidência do termo *norma*, aparecendo em segundo lugar (com 14 ocorrências).

Em terceiro lugar, observamos a ocorrência de termos relacionados à categoria processos (*Descrição documentária/arquivística e normalização*).

Nesse sentido, nota-se que a descrição, enquanto função nuclear da organização do conhecimento arquivístico, é representada nos planos de ensino das disciplinas enquanto uma atividade cujo foco principal são os produtos e sua normalização, apresentando em segundo plano, o processo descritivo. Essa perspectiva pode ser comparada à definição de descrição proposta no glossário da

Associação dos Arquivistas Americanos (SAA) que, em 1970, compreendia a descrição enquanto o processo de estabelecer o controle intelectual dos fundos por meio da preparação dos instrumentos de pesquisa (Evans, 1974).

O fato de os termos na categoria processos possuírem menor incidência do que aqueles em produtos e normas, evidencia uma disciplina ainda muito voltada para a técnica (haja vista a alta incidência dos termos relacionados à normatização do processo), dedicando pouco tempo para discutir a função enquanto um processo de representação dos documentos e de seus contextos.

A categoria interfaces também apresenta resultados aquém do esperado, uma vez que identificamos poucas instituições que trabalham com a descrição de documentos em ambiente digital (apenas 4 instituições mencionam as interfaces com as TICS em seus planos).

## 5 CONCLUSÕES

A descrição, juntamente com a classificação/arranjo, exerce uma atividade nuclear no âmbito da organização e representação do conhecimento arquivístico e, por isso, seu ensino, além de obrigatório nas grades curriculares dos cursos de Arquivologia, deve contemplar os processos de representação tanto do documento quanto de seu contexto.

Buscamos, com esse trabalho, compreender como se dá o ensino de Arquivologia no Brasil no tocante à temática da descrição, analisando a nomenclatura da disciplina nos cursos de graduação, bem como seus conteúdos programáticos e ementas.

Os resultados demonstraram uma pluralidade terminológica, no tocante ao nome da disciplina, onde *Arquivos Permanentes*, *Arranjo e descrição de documentos* e *descrição arquivística* figuram como os mais utilizados, reforçando a ligação do processo descritivo com o arranjo dos documentos permanentes (se juntarmos os dois primeiros temos 8 cursos, dos 16, que nomeiam a disciplina a partir dessa relação). Mais uma vez, reiteramos a importância do ato de nomear ou, como escreveu Olson (2001), "*the power to name*".

A análise dos planos de ensino com foco nas ementas e conteúdos programáticos demonstrou uma preocupação unânime dos cursos em descrever para recuperar, na medida em que os instrumentos de pesquisa e as normas para

padroniza-los figuram como os termos mais recorrentes (26 no total). Em segundo plano, encontramos a descrição enquanto processo e sendo pouco abordada em comparação aos produtos.

Os resultados demonstraram ainda uma pequena preocupação com relação à descrição em ambientes digitais, haja vista que somente quatro instituições abordaram a questão, pelo menos no plano de ensino.

Propomos, portanto, ao final desse estudo e com base nos resultados obtidos, que seja dada uma maior importância ao ato de nomear as disciplinas, uma vez que o nome pode influenciar no julgamento e nas expectativas que os demais terão sobre aquela disciplina. Ainda, devemos nos atentar para o processo descritivo enquanto representativo do documento e de seu contexto. O instrumento de pesquisa, devidamente padronizado, será o resultado desse processo.

Por último, é de fundamental importância a inclusão das novas tecnologias no conteúdo da disciplina de descrição, com discussões sobre o processo descritivo no âmbito digital, tema pouco observado nos planos de ensino.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, A.M et al. A formação profissional do arquivista. In: **Congresso Nacional De Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, 5º, Lisboa, 1994. Multiculturalismo. Comunicações. Arquivos, vol.2, Lisboa, BAD, 1994, p.385-397.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p.

BARDIN, L. (2009). **L'analyse de contenu**. 7.ed. Paris: PUF.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, vol. LVIII, n. 5, 2002, pp.507-532.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. A Terminologia das áreas do saber e do fazer: o caso da arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, p.47-56, jan/dez 2007.

CINTRA, A. M. M. et al. Linguagens documentárias e terminologia. In: ALVES, I. M. (Org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 1996. p.17 – 22. (Cadernos de terminologia, 1).

CÔRTEZ, M. R. P.A. **Arquivo público e informação**: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil. Belo Horizonte: UFMG/E.B., 1996. 130p. Dissertação. UFMG.

COUTURE, C. **Les fonctions de l'Archivistique contemporaine**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2010.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, n. 35 (spring), p.47-54, 1993.

ESTEVIÃO, S. N. de M.; FONSECA, V. M. M. *A França e o Arquivo Nacional do Brasil*. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p.81-107, 2010.

E-MEC – SISTEMA DE REGULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

EVANS, Frank B. "A Basic Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers," **American Archivist** 37 (July 1974), pp.415-33.

FONSECA, M. O. K. Formação e capacitação profissional e a produção e a produção do conhecimento arquivístico. In: **Mesa redonda nacional de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. (Caderno de Textos)

HEREDIA HERRERA, A. **Lenguaje y vocabulario archivísticos**: algo más que un diccionario. Sevilla, Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 2011

MARQUES, A. A. C; RODRIGUES, G. M. Os cursos de arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico-institucional e delineamento de um campo científico. In: **XV Congresso Brasileiro de Arquivologia**, 2008, Goiânia. Congresso Brasileiro de Arquivologia.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em Arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: Georgete Medleg Rodrigues; Ilza Leite Lopes. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p.210-230.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p.240-269.

TANUS, G. F. de S.C; ARAÚJO, C.A.A. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação** v. 18, n. 37, 2013.

TOGNOLI, N.B. A representação na arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, vol 5, n. 2, p.79-92, 2012.

TOGNOLI, N.B. et al. The terminological dimension of provenance description in the Multilingual Archival Terminology - ICA: some translation problems. **AIDA informazioni**, vol 34, n.01-02, p.117-125, 2006.

\_\_\_\_\_. Diplomats as a methodological perspective for archival knowledge organization. In: Transition, cultures, transition KO: evolving exploration, critical reflexion, and practical work. **Proceedings of the 4th North American Symposium on Knowledge Organization**. Milwaukee, University of Wisconsin-Milwaukee. 9p. Available:  
<[http://www.iskocus.org/NASKO2013proceedings/TOGNOLI\\_GUIMARAES\\_TENNIS\\_DiplomatsAsAMethodologicalPerspective.pdf](http://www.iskocus.org/NASKO2013proceedings/TOGNOLI_GUIMARAES_TENNIS_DiplomatsAsAMethodologicalPerspective.pdf)>

YAKEL, E. Archival Representation. **Archival Science**, v. 3, n. 1, p.1-25, 2003.